

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera o art. 763 da Lei nº 10.406,, de
10 de janeiro de 2002 - Código Civil
Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 763 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de
2002, Código Civil Brasileiro - Passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 763 – Não terá indenização o segurado que estiver em
mora no pagamento do prêmio, se ocorrer o sinistro antes de sua purgação,
desde que seja previamente notificado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Para tanto, nos valem os esclarecedor artigo do brilhante advogado Antônio Penteado Mendonça, publicado no Estado de São Paulo, em sua edição de 15 de fevereiro de 2021, sob o título- Seguro e boa fé, que irá fundamentar muito bem o nosso propósito de apresentar esta proposição. Pedimos vênias para reproduzir, a seguir:

“Uma apólice que favoreça a seguradora em detrimento do segurado deve ter as cláusulas que desequilibrem a relação anuladas. Já as informações deliberadamente adulteradas para favorecer o preço do seguro, fornecidas pelo segurado à seguradora devem penalizar o segurado, até, se for o caso, com o não pagamento da indenização e a manutenção da obrigação do pagamento do prêmio, conforme previsto no artigo 766 do Código Civil.

A lei também determina que o segurado não terá direito à indenização, caso não tenha pago o prêmio antes da ocorrência do sinistro. Mas será que essa disposição pode ser tomada ao pé da letra? É evidente que não. Existem situações em que o prêmio pode não estar pago por previsão contratual. É o caso do seu pagamento depois de um determinado período ou o seu pagamento de forma parcelada, situações em que o seguro pode não estar quitado, ou estar pago apenas parcialmente, na data do evento. Nessas situações, se a seguradora invocasse o não pagamento do prêmio como razão para não indenizar o segurado, estaria quebrando a boa-fé do contrato. Já se o segurado mentisse sobre o sinistro, também o estaria fazendo. Por isso, cada caso é um caso.”

Desse modo esperamos contar com o indispensável apoio de nossos pares para a acolhida desta proposição durante a tramitação nesta casa.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado Carlos Bezerra

2009_2239_Carlos Bezerra



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218698266700>

